

“Espero que as denúncias sejam sérias. Sob risco de pena por calúnia”

RODRIGO MARTINI



Luiz Antônio de Abreu Johnson, juiz de Lajeado, sobre a fala de Delmar Portz na câmara de Lajeado

Página 4

DUPLICAÇÃO DA BR-386

Deputados prometem continuação



ANDERSON LOPES

Com a redução de verba para a duplicação, bancada gaúcha transfere repasse de emenda para manter a obra. **Página 6**

SANTA CLARA DO SUL

Município inaugura 1ª academia

Espaço público para prática de exercícios será apresentado para a comunidade amanhã. **Conexão**

TEMPO NO VALE

Quinta-feira no Vale: nublado com chuva

Mínima: 20°C - Máxima: 27°C

FONTE: CHUUVINHAES

AHORA

Compromisso com o Vale do Taquari.

Fundado em julho de 2002

Lajeado, quinta-feira, 4 de fevereiro de 2016
Ano 13 - Nº 1523

Avulso: R\$ 1,00

Fechamento da edição: 21h

DO EDITAL ATÉ A CONSTRUÇÃO

Lista de problemas marca as obras do PAC em Lajeado

Os repasses para obras de infraestrutura urbana, orçadas em R\$ 20,5 milhões, estão suspensos desde o dia 15 de janeiro, após a Caixa Econômica Federal acatar a recomendação do MPF. O órgão finalizou, em 14 de dezembro, um laudo que atestou 17,6% de superfaturamento em 80% da obra.

A discrepância entre a análise da engenheira do MPF e o contrato entre município e consórcio de empresas chega a R\$ 2,4 milhões. O Executivo foi notificado em 27 de janeiro pelo MPF e afirma já ter recebido a confirmação da CEF sobre a retomada dos repasses. **Páginas 8 e 9**



ANDERSON LOPES

PARADO: a suspeita de sobrepreço do PAC de Lajeado faz com que o MPF solicite a suspensão das obras viárias

ESTREIA NO GAUCHÃO

Sob chuva, Alviazul perde a primeira

O começo do Lajeadense no Campeonato Gaúcho deixou a torcida preocupada. Ontem à noite, o representante da região perdeu para o Juventude por 3 a 1. Destaque para o atacante Brenner, autor dos três gols.

Esportes



FABIO KILIAN

SIMULADOR DE DIREÇÃO

MPF questiona uso do aparelho

Obrigatório em todo o país desde o início deste ano, uso do aparelho é avaliado pelo Ministério Público Federal (MPF). **Página 7**

CRUZEIRO DO SUL

Produtores reduzem área

O trabalho árduo na colheita de aipimi ocasiona diminuição de 100 hectares no plantio da cultura tradicional do município. **Página 10**



Rodrigo Martini

martini.jornal@gmail.com
lntem.wordpress.com

Não caia em conversa fiada. Há dinheiro sobrando no país

Os últimos meses foram de "cortes" por parte dos governos federal, estaduais e municipais. Escrevo a palavra cortes entre aspas para deixar exposta minha insatisfação com tais medidas. Pois, como é de praxe entre políticos e demais agentes públicos brasileiros, o corte nunca ocorre na própria carne.

Nossos agentes públicos são campeões em demagogia. Cortam recursos de obras de infraestrutura, cortam recursos da educação, da saúde e da segurança pública. Mas são incapazes de interagir com tal realidade. No bolso deles, nada deixa de entrar. Mesmo que isso alimente ainda mais as piores mazelas nos já deficitários serviços públicos básicos.

É muito simples. Ao contrário do que se propaga, não faltam recursos no Brasil. Pelo contrário, há dinheiro sobrando no país. Qualquer tese contrária não passa de mera conversa fiada.

Vamos aos fatos. Não há falta de dinheiro, pois em 2014 foram gastos quase R\$ 4 bilhões só com os benefícios e penduricalhos disponíveis a magistrados e servidores do Judiciário, tais como auxílio-alimentação e auxílio-moradia, só para citar alguns. E se contarmos os salários em todos os tribunais do país, o montante gasto no ano foi de quase

R\$ 70 bilhões, enquanto a saúde recebeu R\$ 106 bilhões.

O orçamento destinado ao Judiciário brasileiro é, muito provavelmente, o mais alto por habitante entre todos os demais países federais localizados no hemisfério ocidental. Em 2014, representou o equivalente a 1,2% das riquezas produzidas pelos brasileiros no período. Naquele mesmo ano, os Estados Unidos gastaram 0,14% do PIB, a Alemanha, 0,32%; a Inglaterra, 0,14%; e a vizinha Argentina, 0,13%.

O Ministério Público (MP) não fica atrás. Também em 2014, o orçamento total destinado ao órgão, incluídos todos os seus "ramos" e todos os vários níveis hierárquicos, foi de R\$ 15,4 bilhões. É o equivalente a 0,32% do PIB. No mesmo período, países como Alemanha e Espanha gastaram, igualmente, 0,02% do PIB com o MP deles.

Esses todos são dados de dois anos atrás, que já foram novamente reajustados desde então. Ou seja. A farra e a ganância com o dinheiro do contribuinte, hoje, é ainda maior.

Se os gastos com o Judiciário e o MP são exorbitantes, o que falar das ganâncias cometidas impiedosamente pelos agentes públicos, eleitos "democraticamente" pelo voto popular. Como exemplo, os 515 deputados federais com suas vantagens quase

infinitas. Cotas parlamentares, dezenas de assessores, aposentadorias especiais, auxílio para comprar roupas, para a saúde. Diárias.

No ano passado, a Câmara Federal custou aos brasileiros a colossal cifra de R\$ 85 milhões por mês. Além do salário de R\$ 33,7 mil, os parlamentares têm direito a ajuda de custo, cotão, auxílio-moradia, e verba de gabinete para até 25 funcionários. Isso que o 14º e o 15º salários foram extintos em 2013. Mas as mulheres dos deputados podem viajar com passagens pagas pela câmara. Uma desonra.

Para ficarmos mais próximos, não é possível acreditar em falta de recursos com tantos contratos suspeitos de superfaturamento aqui mesmo no Vale do Taquari. A última suspeita recai sobre as obras de pavimentação do PAC, em Lajeado, cujo sobrepreço pode chegar a R\$ 2,4 milhões. Dinheiro suficiente para manter, por exemplo, todos os postos de saúde da cidade atuando em horário normal, e não só até 13h30min, como está posto hoje. Mas enfim. São as prioridades dos nossos agentes.

Por essas e outras, e também por você trabalhar quase meio ano apenas para quitar os tributos compulsórios, não há como faltar dinheiro no Brasil. O que falta é vergonha na cara.

Aedes aegypti

O governo de Lajeado pode aproveitar a aptidão com contratos emergenciais para o bem comum, e garantir mais agentes epidemiológicos. O Ministério da Saúde cobra, de municípios não infestados, um para cada 6,7 mil imóveis. Lajeado tem cinco profissionais — uma sexta está de licença-médica —, e mais de 50 mil imóveis, sem contar terrenos baldios, áreas verdes e afins. É preciso mais para evitar desvio de função de outros servidores. A Sesa já anuncia a contratação de três.

Pensou em alugar um carro para sua viagem?

Pensou **BOX** LOCADORA DE VEÍCULOS



✓Segurança ✓Praticidade ✓Comodidade

(51) 3714-6588

www.boxlocadoradeveiculos.com.br
E-mail: locadora@boxlocadoradeveiculos.com.br

Tiro Curto

— Os vereadores de Lajeado já decepcionaram seus eleitores — não todos, claro — ao rejeitarem a CPI do Cartel do Lixo, em 2015. Agora, emerge o suposto superfaturamento nas obras de pavimentação do PAC. E aí?

— Prefeito de Estrela impressionou pela quantidade de contratações emergenciais durante seus três primeiros anos de governo. Em 2016, inicia novamente escolhendo a dedo os pedreiros, marceneiros, enfermeiros, operadores de máquina, entre outros. Todos cargos próprios de concurso público;

— Novo capítulo na novela envolvendo o ex-presidente Lula e um triplex construído pela OAS. Conforme palavras do vereador de Estrela, Paulo Floriano Scheeren, durante a sessão de segunda-feira, o imóvel fica no Rio de Janeiro, e não no Guarujá, em São Paulo;

— Sobre atrasos nos pagamentos de contas de água, luz e telefone, o governo de Lajeado informa: "O principal problema ocorre com a telefonia. Dia 2 de fevereiro, por exemplo, chegaram os boletos vencidos em 25 de janeiro. Em várias ocasiões, os Correios foram informados. Como não houve solução, especialmente dos boletos de telefone, Secretaria de Administração e Assessoria Jurídica avaliam como proceder";

— São tantos investimentos no modal hidroviário da região que eu esqueci que o diretor de Hidrovias da Superintendência de Portos e Hidrovias do Estado (SPH) é do Vale do Taquari;

— Barrigada: na semana passada, afirmei que o atendimento na prefeitura durante o turno único em Lajeado vai até as 14h. Cobrei, de forma injusta, a falta de suporte entre 13h30min e 14h. De fato, o expediente interno acaba às 13h30min. Boa quinta a todos!

"É muito mais honesto estar nu do que usar roupas transparentes."

Erasmus de Roterdã

Politicagem barata na câmara de Lajeado

O vereador Antônio Schefer (SDD) mostrou as garras. Foi o escolhido da oposição para atacar Sérgio Kniphoff (PT) por um atestado médico apresentado para justificar ausência na sessão extraordinária, e que não garantiu qualquer benefício ao petista. Schefer diz que o colega estava em uma praia catarinense durante o período de cinco dias de repouso domiciliário previsto no documento.

Deu um tiro no pé. Ele mesmo foi visto na praia em ano anterior, enquanto deveria estar se recuperando de uma hérnia, conforme descrevia um atestado médico que lhe garantiu remuneração de R\$ 1,3 mil. Ademais, vale lembrar que o plenário não é palanque para denúncias pessoais. Vereadores não são pagos para isso. Na câmara, devem avaliar ações para o bem da comunidade.

Qualidade é viver com saúde, sempre!



Dr. Jamal Saleh Barghouti
Cirurgião-dentista
Especialista em Ortodontia,
Ortopedia Facial, Cirurgia e
Traumatologia Bucomaxilofacial
CRORS 10945

Dra. Iloni Barghouti
Pneumologista
Problemas respiratórios
CREMERS 18578

Av. Benjamin Constant, 940 - Sala 102 - Térreo - Lajeado/RS - Fone/fax: 51. 3714-3810 Fone: 51.3748-5350

2011

O então secretário de Obras (Sosur), Mozart Lopes, encaminhou proposta para habilitar o município a receber R\$ 15 milhões do governo federal, dentro do PAC 2, para pavimentação de vias de acesso aos bairros de Lajeado. Na época, o município havia custeado todo o projeto técnico necessário para realização das obras.

2013

Quase dois anos se passaram quando, em março de 2013, o governo federal confirmou Lajeado como uma das contempladas pelo PAC 2. Em 21 de agosto daquele ano, a câmara de vereadores aprovou lei autorizando o convênio para financiamento com a CEF. Na época, a contrapartida do município estava orçada em R\$ 980 mil.

OBRAS DE R\$ 20,5 MILHÕES DO PAC

MPF pede a suspensão. Caixa pode rever decisão

A pavimentação de trechos em 14 vias municipais corre risco de suspensão. O relatório da engenheira do Ministério Público Federal (MPF) aponta sobrepreço de 17,6% em parte dos valores repassados pela União. Procurador da República pediu, em janeiro, suspensão temporária dos serviços. Administração municipal contesta suposto superfaturamento dos serviços, e CEF poderá retomar os repasses ao consórcio de empresas

Lajeado

A Superintendência de Negócios de Governo da Caixa Econômica Federal (CEF) suspendeu, no dia 15 de janeiro, os repasses destinados às obras de pavimentação pelo PAC. Decisão amparada pela divergência demonstrada em um laudo realizado pela engenheira civil do MPF, Elza Conrado Jacintho. No documento, finalizado em 14 de dezembro, aponta superfaturamento de, pelo menos, R\$ 2,4 milhões.

No dia 27 de janeiro, a administração foi notificada pelo MPF para que, em um prazo de até dez dias úteis, se manifestasse a respeito das incongruências verificadas no laudo pericial. O prefeito ainda não se manifestou. No entanto, já encaminhou defesa junto à CEF. Extraoficialmente, o Executivo informa ter recebido, em 29 de janeiro, a confirmação de que os repasses serão normalizados em breve.

Hoje, as obras estão paradas. Con-

forme o laudo da engenheira civil, foram verificados 28 itens com sobrepreços na planilha de custos do contrato firmado entre município e o consórcio Construtora Giovanna - Coesul. A análise verificou os itens mais caros, de maneira decrescente, até atingir 80% do total do orçamento. A técnica de avaliação é conhecida como "diagrama de pareto".

Todos os valores foram comparados com a tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), divulgada todo mês no site da CEF. Entre os 28 itens verificados, estão o concreto betuminoso usinado, a execução de base de brita, a calçada de concreto, o meio-fio, o transporte de brita, a escavação mecanizada, reaterro de valas, assentamento de tubulação, pintura de ligação e compactação de aterro.

O relatório da engenheira civil avaliou R\$ 16,3 milhões - ou 80% - do total de R\$ 18,5 milhões de repasses da União previsto para

a obra. Para o MPF, esse montante poderia ser reduzido a R\$ 13,9 milhões. A análise coordenada pelo procurador da República e responsável pelo MPF em Lajeado, Cláudio Terre do Amaral, não levou em conta os quase R\$ 2 milhões de

contrapartida do município.

Hoje, cerca de 32% do total de R\$ 20,5 milhões previstos para a conclusão das obras em 14 vias municipais já foi repassado ao consórcio. Além dos valores, o MPF questiona a forma de fiscalização dos serviços. Pelo edital, o pagamento deveria ocorrer por item unitário. No entanto, a administração municipal estaria insistindo em pagar por preço global.

O laudo pericial do MPF também vai investigar se há, no projeto executivo, qualquer indício de direcionamento da contratação para o consórcio vencedor do processo licitatório. Desde a assinatura do convênio entre município e CEF, ainda em 2013, a licitação para os serviços foi suspensa por três vezes antes da homologação.

Demais apontamentos

O relatório do MPF aponta uma série de outros problemas nas obras. Além do suposto sobrepreço, a perícia verificou diversos serviços que

não estavam sendo realizados em conformidade com o contrato. Entre eles, ausência de equipe de topografia para quantificação de volumes de terra, "de modo que não tem sido realizada qualquer medição dos volumes de terraplenagem."

Também consta no documento que as soluções previstas no contrato "têm sofrido alterações sem formalização dessas por meio de aditamentos ao contrato." Ainda, não estaria sendo exigido do consórcio "a execução de controle tecnológico para liberação de serviços executados, em especial, a verificação da densidade dos aterros."

A engenheira civil cita algumas possíveis omissões verificadas no projeto executivo. Entre elas, ausência de previsão de quais tipos de solo e rochas seriam encontrados nas escavações das valas para as redes de drenagens, e "com quais materiais deveriam ser realizados os reaterros dessas valas." O MPF verificou ainda trechos de obras sem sinalização, e funcionários sem EPIs.

“
Pedi para não
assinar empenho,
e o prefeito
assinou por
conta dele.

Adi Cerutti

Ex-secretário de Obras

Em jan
rem au
para a
crédito
de licit

Reunião **expõe** fragilidade do policiamento

Moradores reclamam de arrombamentos e Brigada Militar realça falta de efetivo

Lajeado

Moradores do bairro Universitário e autoridades participaram de uma reunião com o intuito de discutir a segurança pública no Loteamento Verdes Vales. O encontro ocorreu na terça-feira à noite, 2, no espaço onde está sendo construído o Salão Comunitário da Igreja Nossa Senhora de Lurdes.

De acordo com o presidente da associação de moradores local, Adão Nunes, um dos motivos do encontro é a série de arrombamentos que ocorreram na região. Nos últimos três meses, indica, mais de dez casas foram invadidas. "As casas estavam sempre vazias ou em horário de trabalho, ou em férias, algumas pessoas tiveram muito prejuízo", lamenta.

Uma das reivindicações populares é a intensificação da Brigada Militar nas ruas. Segundo Nunes, os vizinhos querem saber o que de fato está sendo feito para garantir a segurança das famílias, e coibir os atos criminosos.

Conforme o comandante da 1ª Companhia da Brigada Militar, capitão Luciano Johann, as dificuldades enfrentadas pelo policiamento são visíveis. Para ele, a atual realidade da corporação é preocupante, em função do



Moradores do Loteamento Verdes Vales cobram patrulhamento, investigação e políticas públicas para garantir segurança

baixo número de viaturas e da diminuição gradativa do efetivo. "Estamos fazendo o máximo que podemos diante desse quadro", comenta.

Johann revela que em janeiro foram feitas cerca de 27 prisões no município, por crimes como furto, roubo e tráfico de drogas. E aponta a redução no número de policiais, que se deslocaram para o litoral em função da Operação Golfinho, como fator agravante ao policiamento ostensivo nos bairros.

Para ele, apesar de a cidade contar com três grupos de poli-

ciamento comunitário, um deles cobrindo a região do Verdes Vales, o déficit de pessoal impõe adaptações. Dessa forma, reconhece, os quatro homens que atuam naquela região são deslocados e por vezes não sobra tempo hábil para patrulhamento de rotina. "Eles continuam atendendo as ocorrências nos bairros, a situação voltará ao normal entre o fim de fevereiro e começo de março", declara.

Investigações

Conforme o delegado da Polícia Civil de Lajeado, Juliano Stobbe,

a investigação de crimes graves, como assassinatos, é priorizada. De modo que os 11 policiais que trabalham hoje no município ficam sobrecarregados.

Para Stobbe, a redução, que fez com que o número de agentes passasse de 104 em 2011 para 54 em 2016, não é o único problema. A sensação de impunidade, expõe, causada pelo medo que a vítima tem de prestar depoimento, faz com que o número de crimes aumente e menos prisões sejam efetuadas. "Para agora o que pode ser feito é a comunidade se ajudar e nos procurar", sugere.

REDE DE MONITORAMENTO

Os moradores também cobraram maior clareza e definição com relação ao conjunto de políticas públicas sobre segurança no município. Ao que o secretário de Segurança Pública e Cidadania (SSPC), Gerson Teixeira, apresentou um sistema de monitoramento comunitário.

Segundo ele, o Programa Vizinheiro de Olho, que consiste na formação de uma rede de cuidado entre moradores de uma mesma localidade, já foi implantado com sucesso. A ideia é criar uma célula colaborativa, padronizando maneiras de agir evitando que as residências se tornem vulneráveis.

Conforme Teixeira, a fragilidade da legislação também contribuiu para o aumento da criminalidade. Para ele, enquanto a polícia prender e a Justiça soltar o único meio de evitar se tornar uma vítima é a prevenção. "É preciso pressionar o governo para mudar as leis", conclui.

Inscrições para seleção de servente vão até amanhã

Santa Clara do Sul

A administração municipal realiza processo seletivo simplificado para contratação temporária de

servente. Os interessados podem se inscrever até amanhã, 5, no Centro Administrativo. O horário de atendimento é das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, de se-

gunda a quinta-feira, e das 8h30min às 13h30min na sexta-feira.

O trabalhador contratado terá carga horária de 44 horas semanais e atuará em diversos setores do mu-

nicipio, conforme demanda. É exigida escolaridade até, no mínimo, a 6ª série do Ensino Fundamental.

Caso haja mais de um candidato inscrito, a classificação será

feita por sorteio público, que ocorrerá em 10 de fevereiro, às 10h, no saguão do Centro Administrativo. Mais informações no Centro Administrativo ou pelo 3782-2250.



Neste feriadão de Carnaval venha fazer seu happy hour com ótimas porções e petiscos aqui na Baixinha Lanches!

Horário especial para o feriadão

Segunda-feira: horário normal
Terça-feira: das 18h às 24h

BaiXinha
lanches